

REVISÃO HISTÓRICA DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Vicente Campelo Santana Fraga Lima¹

Henrique Campos de Oliveira²

Resumo

A hegemonia estadunidense no Sistema Internacional é marcante desde meados do século XX. No sistema financeiro, tal preponderância é ainda mais relevante devido a liderança dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e como o principal centro de investimentos e aporte monetário para as principais economias mundiais. Todavia, recentemente, com a ascensão das economias emergentes, organizadas no bloco diplomático dos BRICS e a sucessiva criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), concomitante a crise de 2008 dos *subprimes*, surge o questionamento acerca da unilateralidade estadunidense frente ao Sistema Financeiro Internacional (SFI). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever o processo de formação do SFI desde o pós-guerra até a proposta de criação do NBD. Utilizamos como técnica de levantamento de dados e informações a revisão bibliográfica do estado da Arte sobre o referido tema, a partir das seguintes variáveis: o papel dos EUA; a criação das instituições multilaterais que afetaram o SFI tal como o FMI; principais transformações nas relações financeiras internacionais na relação EUA e Europa; a introdução da tecnologia; a criação do EURO; a ascensão do BRICS e o NBD. Concluímos que embora proeminência dos EUA na condução do SFI desde o pós-guerra aos dias atuais, seja ainda inquestionável, nota-se a ascensão de um grupo de países emergentes com potencial de influenciar no SFI. Em contraste, com os arranjos multilaterais de ordenamento das relações financeiras centralizadas nos EUA. Todavia, incertezas ainda residem sobre a capacidade e viabilidade dessa formulação de uma instituição multilateral financeira, mesmo, com estudos recorrentes, que afirmam o potencial de cooperação entre os BRICS, devido às suas necessidades similares.

Palavras-chave: Sistema Monetário Internacional; Bretton Woods; Economia global.

Abstract

The hegemony of the United States of America over the international system is a remarkable phenomenon since the beginning of the twentieth century. In the financial system, this influence is even more relevant due to the USA's leadership over the International Monetary Fund (IMF), as the main institution for international finance and funding of the main world economies. However, recently with the ascension of emerging economies, organized as an international entity, the BRICS, subsequently creating the New Development Bank (NDB), and the 2008 *subprime* financial crises, the unilateral position of the USA over the International Financial System (IFS) came into question. In this sense, the goal of this research is to describe the process of formation of the IFS since the post-war until the creation of the NDB. We used state of the Art bibliography reviews as a method of research for this subject, utilizing the following variables: the role of USA; the creation of multilateral institutions that impact the IFS such as the IMF; the main transformation in international financial relationships between the USA and Europe; the introduction of new technology; the creation of the EURO; the ascension of the BRICS and the NDB. In conclusion, although the predominance of the USA in conducting the IFS is unquestionable since the post-war until today, we recognize a group of emerging economies with the potential to influence the IFS. In contrast with the polarization, that is the centralization of multilateral arrangements and financial relations in the USA. However, uncertainty still looms over the capacity and viability of the

¹ Graduando em Economia no curso de Ciências Econômicas com Ênfase Empresarial pela UNIFACS, bolsista de iniciação científica pela FAPESB. E-mail: vicente.campelo.santana@gmail.com

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2011. Graduado em Negócios Internacionais pela Universidade Salvador (Unifacs) em 2008. Foi bolsista de Iniciação Científica no NEOTEG (Núcleo de Estudos de Técnica Organizacionais e Gerenciais) na Unifacs pelo CNPq. Atualmente, é professor da Unifacs e membro do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB) da mesma instituição. Faz parte do conselho diretor do Instituto Surear para a promoção da Integração Latino-Americana e integra o Grupos de Pesquisa de Instituições Subnacionais do Centro de Estudos e Pesquisa em Humanas (CRH) da UFBA. Atua na área de Relações Internacionais, Economia e Política nos seguintes temas: Comércio Internacional, Política Internacional, Políticas públicas, Economia Política Internacional e Integração Física. E-mail: henrique.oliveira@pro.unifacs.br

formulation of a new multilateral financial institution, even though recent studies have shown the potential of cooperation between the BRICS countries, due to their similar necessities.

Keywords: International Monetary System; Bretton Woods; Global Economy.

1 INTRODUÇÃO

Após o final da segunda guerra mundial, os poderes políticos tinham colidido de forma violenta com as forças de mercado entre nações que tinham entre si disputas de modelos socioeconômicos antagônicos. Os países aliados perceberam a necessidade de desenvolver um “ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (BELLUZZO, 1995, p.12).

As propostas apresentadas por John Maynard Keynes, Harry Dexter White, entre outros, foram mescladas e surgiram as instituições Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Entretanto, essas instituições demonstraram-se aquém da internacionalidade desejada por seus autores. O fato de os Estados Unidos da América assumirem o papel de “credor” do mundo balizou a formalização das instituições ao seu favor e restringiu o poder do FMI à submissão estadunidense.

Passados setenta anos do Acordo de Bretton Woods (1944), a estrutura dessas instituições permanece muito similar ao seu original (STIGLITZ, 2014). Hoje grupos internacionais, como o G-20, ainda sofrem com baixa representatividade e submissão a um aporte excessivo dos direitos de direcionamento à política econômica internacional, a qual está sob o controle da concentração de poder euro-americana e é conduzida por instituições internacionais de alto impacto no sistema monetário internacional.

Após a virada do milênio, houve crescimento significativo das economias emergentes, advindo de um “espaço” não preenchido pelas economias desenvolvidas no cenário internacional. Esse fenômeno teve destaque a partir do estudo econômico feito por Jim O’Neill, em 2001, no qual ressaltou-se a ascensão de quatro países emergentes dentro do cenário internacional, argumentando-se que o G7 deveria considerar a inclusão desses países em seu grupo, uma vez que o peso dessas economias no âmbito mundial tenderia a crescer e impactaria decisivamente as futuras políticas econômicas globais. As previsões de O’Neill se concretizaram, mas a luta por uma discussão multilateral dos direcionamentos das políticas internacionais continua (STIGLITZ, 2014). Países como a China e Índia, os quais têm participação crescente na economia mundial, desejam maior flexibilidade e poder de

investimento dentro desse sistema. Porém, após tentativas de ganhar espaço nas instituições estabelecidas com pouco sucesso, outro grupo de países emergentes concluiu a criação de seu próprio banco internacional.

A sigla, BRICS, representa uma entidade diplomática, que é composta por cinco grandes países. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os quais, juntos, contabilizam aproximadamente 30% do PIB mundial e representam 43% da população total do planeta (RODRIGUES, 2014). Somente esses dados demonstram o potencial desse grupo para a economia mundial. Assim, existem necessidades de desenvolvimento estrutural e social que excedem o poder de financiamento do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, a exemplo do desenvolvimento de estrutura sanitária adequada para milhões de habitantes na Índia e China, do desenvolvimento de infraestrutura logística adequada para países do porte da Rússia e do Brasil, da busca de produção sustentável na China, além da estratégia adequada para o atendimento de suas necessidades energéticas. Segundo Stephany Griffith-Jones (2014, p.4, apud Bhattacharya, Romani e Stern, 2012) “O déficit é enorme, 1.4 bilhões de pessoas sem acesso à eletricidade, 0.9 bilhões sem acesso à água potável e 2.6 bilhões não têm acesso à saneamento básico. Fornecer essas necessidades básicas é um condicionante para um modelo de crescimento mais inclusivo”³.

O grupo dos BRICS passa a ser uma entidade internacional, que se insere no sistema monetário internacional provocando um debate sobre as estruturas presentes no mundo contemporâneo, os fundamentos econômicos que resultaram na grande crise financeira de 2008 e conseqüente seu posicionamento perante a governança econômica global.

Estabeleceu-se, então, o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (*New Development Bank* – NDB, como será referido deste ponto em diante), organização internacional formalizada em julho de 2014, como alternativa para atender a essas necessidades e estabelecer uma agenda para o financiamento de investimentos em infraestrutura, objetivo inicial do NDB. Outro aspecto importante é o Arranjo de Contingências de Reservas (ACR), o qual servirá como instrumento para auxiliar economias mais frágeis a equilibrarem suas balanças de pagamentos. Dessa forma, o NDB assume funções, as quais antes eram exclusivas do FMI e do Banco Mundial.

Assim que o NDB foi estabelecido em 2014, foram levantados diversos questionamentos sobre qual seria o seu propósito, ou até mesmo o seu significado para a economia mundial. Em seu artigo, *Uma brecha no império*, Rodrigues (2014), vai argumentar

³ Tradução Livre

que a instituição seria uma forma dos países emergentes se desvincularem parcialmente das dependências do capital financeiro do FMI. Este ponto de vista é um pouco precipitado. Uma vez que ao examinar o documento que permitiu a efetuação da instituição, o Acordo Sobre o Novo Banco de Desenvolvimento, é reiterado que o NDB se posiciona ao lado das instituições internacionais já estabelecidas, incentivando a cooperação com estas para atingis as necessidades de investimento nos países emergentes.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral descrever o processo de formação do Sistema Financeiro Internacional (SFI) desde o pós-guerra a proposta de criação do NDB. Nesse sentido, utilizamos como técnica de levantamento de dados e informações a revisão bibliográfica do estado da Arte sobre tema. A revisão nos levou a estabelecer as seguintes variáveis para a reconstituição histórica aqui relata sobre o SFI em relação ao referido período: o papel dos EUA; a criação das instituições multilaterais que afetaram o SFI tal como o FMI; principais transformações nas relações financeiras internacionais na relação EUA e Europa; a introdução da tecnologia; a criação do EURO; a ascensão do BRICS e o NDB.

Com o desenvolvimento desse trabalho foi possível discorrer sobre os principais elementos da formação do Sistema Financeiro Internacional contemporâneo frente à ascensão dos BRICS. Dessa forma, identificou-se a proeminência dos EUA na condução do SFI desde o pós-guerra aos dias atuais, principalmente, devido ao seu peso no FMI e como principal fiduciário da manutenção do modo produtivo capitalista. No início do século XXI, em decorrência, da expansão da própria atividade capitalista liderada pelos EUA, nota-se a ascensão de um grupo de países emergentes com potencial de influenciar no SFI. Esse bloco surge em contraste aos arranjos multilaterais de ordenamento das relações financeiras, com severas críticas frente a centralização nos EUA e, em seguida na Europa, cria-se o NDB. Todavia, incertezas ainda residem sobre a capacidade e viabilidade dessa formulação de uma instituição multilateral financeira, mesmo, com estudos recorrentes, que afirmam o potencial de cooperação entre os BRICS, devido às suas necessidades similares.

2 DE BRETTON WOODS AOS CHOQUES DE PETRÓLEO

Em 1944 os países europeus se encontravam em situação difícil. Suas economias desamparadas, um reflexo da Segunda Guerra Mundial, era evidente que os Estados deveriam intervir na estrutura de seus países. A estrutura monetária internacional, estabelecida no hiato entre as duas grandes guerras mundiais, havia se demonstrado ineficiente no equilíbrio de

poder. O fato era que, neste período, políticas nacionalistas haviam se desenvolvido de forma agressiva. A livre flutuação das moedas era alvo de especulação, o *gold standard*⁴ gerava a transmissão internacional de deflação, fora as medidas no estilo *beggar-thy-neighbour*⁵, pelas quais desvalorizações cambiais agressivas e barreiras tarifárias levavam ao empobrecimento generalizado da Europa e da economia mundial (BORDO, 1993). Além disso, a falta de cooperação no cenário internacional, e a Grande Depressão de 1930, dentro de outros fatores, impulsionaram o contexto por meio do qual se estabeleceu a Segunda Guerra Mundial, algo que os países capitalistas centrais queriam evitar a qualquer custo.

O sistema de Bretton Woods pretendia constituir o equilíbrio do sistema monetário internacional a partir da cooperação e estabilidade e trazer quatro inovações em relação ao antigo padrão ouro – maior flexibilidade cambial, controle de capitais, um fundo de estabilização e uma instituição para administrar o novo sistema monetário internacional, o FMI (OATLEY, 2012). Políticas que permitissem a busca pelo “pleno emprego” e ação do Estado em território nacional, sem que isso comprometesse a estabilidade internacional, eram a principal demanda dos Estados democráticos capitalistas. A essa altura, a crença no *laissez-faire* e na capacidade do mercado de se autorregular estava em declínio, negava a possibilidade de regimes de câmbio flutuante e dava espaço para as teorias do Estado Interventor Keynesiano. Segundo Gilpin (2002), o sistema de Bretton Woods representava uma mudança explícita na forma de se abordar as teorias econômicas, sociais e mesmo o papel do Estado. A expansão do *welfare-state* tornou-se o carro chefe para as economias capitalistas centrais.

Apesar de ter sido implementado em 1945/6, o real potencial do sistema de Bretton Woods teria de esperar pela reconstrução da Europa para se desenvolver plenamente, operando segundo os parâmetros estabelecidos em 1944 (BORDO, HUMPAGE, SCHWARTZ, 2011). Durante esse período, estava claro que os Estados Unidos se posicionavam como potência mundial, ou o novo *hegemon*. Essa necessidade de se posicionar como uma potência maior vêm junto com a ascensão do bloco comunista. Barry Eichengreen (2011) analisa como a moeda estadunidense estava em posição privilegiada em *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the dollar*; o FMI reconhecia abertamente o valor da moeda e permitia que essa fosse utilizada como reserva de valor para a paridade cambial no sistema monetário internacional:

⁴ O padrão-ouro

⁵ Políticas que visavam ganho próprio, em detrimento dos Estados vizinhos

American consumers and investors could acquire foreign goods and companies without their government having to worry that the dollars used in their purchases would be presented for conversion into gold. Instead those dollars were hoarded by central banks for which they were the only significant source of additional international reserves, (EICHENGREEN, 2011, p.40)

Estabeleceram-se, então, os parâmetros pelos quais esse sistema prosseguiria e o papel do seu protagonista, o Fundo Monetário Internacional. Robert Gilpin relata (2002, p.154):

Esperava-se que a criação de instituições que limitassem o impacto recíproco dos acontecimentos internos e externos resolvesse o problema da realização simultânea da liberalização internacional e da estabilização interna, em cada país.

Os Estados Unidos se comprometeram em manter sistematicamente a paridade do dólar com o ouro a \$35 por onça, vendendo o metal a este preço. Os outros países assumiram o compromisso de lastrear suas moedas ao ouro, com uma margem de defasagem de 1% administrada a partir de operações no mercado cambial, no intuito de estabelecer um câmbio fixo. Em caso de “desequilíbrios fundamentais”, ou seja, quando a economia teria de ter perdas domésticas extensas para retornar o equilíbrio na Balança de Pagamentos, os Estados poderiam depreciar o câmbio, dentro de uma margem aprovada no FMI. Houve também o compromisso de se restringirem os fluxos financeiros e eventualmente se alinharem as políticas monetárias (BORDO, HUMPAGE, SCHWARTZ, 2011).

O desenvolvimento técnico para a argumentação a favor da implementação do sistema havia começado com dois anos de antecedência à convenção de julho de 1944. À frente do Tesouro Americano estava Harry Dexter White, a defender o plano Americano e, à frente do Tesouro Britânico, John Maynard Keynes defendendo o plano Britânico (OATLEY, 2012). Cada um com suas especificações para o que deveria ser o “novo sistema monetário” e a organização pela qual as instituições encarregadas de regulá-lo deveriam funcionar.

Keynes acreditava que um banco internacional deveria ser estabelecido junto aos países membros e poderia gerar sua própria moeda, o “bancor”, o qual seria avaliado a partir dos depósitos feitos pelos outros países com suas próprias moedas. O *International Clearing Union* utilizaria a sua moeda para equilibrar as balanças de pagamentos dos países membros e se estabeleceriam limites para os seus empréstimos, com o objetivo de controlar (desestimular) a incoerência de déficits, e os superávits nas balanças de pagamentos também teriam teto determinado; valores acima desse (superávits excessivos) deveriam ser transformados em “bancor”. A partir desse sistema, junto ao respectivo controle no movimento de capitais, buscando reduzir os ataques especulativos sobre moedas, a proposta

britânica foi apresentada, visando a equilibrar as balanças de pagamentos dos países e o sistema monetário internacional (GHIZONI, 2013).

Por outro lado, Harry Dexter White acreditava que as medidas propostas por Keynes eram onerosas demais para os EUA e um claro benefício para os europeus, em particular a Inglaterra. O fundo, que possibilitaria políticas de crédito para a reconstrução da Europa, nas propostas de Keynes totalizavam US\$26 bilhões (equivalentes a US\$16 trilhões hoje), enquanto White propunha linhas de crédito no valor de US\$5 bilhões e que o fundo fosse criado a partir do depósito das reservas dos países, com o poder de prover assistência às economias nacionais caso sofressem alguma instabilidade cambial. A taxa sobre o “teto” nas balanças de pagamentos superavitárias foi desconsiderada. Alguns autores, como Edward Bernstein (1984), acreditavam que o poder de negociação pelo lado britânico ainda foi surpreendente, considerando-se que, no período das negociações, os EUA correspondiam a aproximadamente metade da produção industrial do mundo e eram a principal potência econômica (EICHENGREEN, 2011).

Em uma análise metódica, talvez pareça desproporcional as forças de alavancagem e imposição na comparação entre o brando dos EUA contra o Reino Unido, e o nível no qual este segundo conseguiu negociar. Independentemente de suas assimetrias, o contexto de Guerra Mundial e instabilidade estrutural pela qual esses países haviam passado superava a necessidade de imposição de um sobre o outro. A incerteza do que seriam os anos à frente, fora as mais diversas especulações, não se apresentavam promissoras, e a necessidade da busca por um período de paz e cooperação aparentava ser fator decisivo dentre as negociações.

A forma como o sistema de Bretton Woods evoluiu talvez não tenha sido o que os seus precursores esperassem. Efetivamente, o sistema de regulamentação do equilíbrio cambial só pode ocorrer a partir de 1958/9, quando os países centrais da Europa apresentavam certa recuperação econômica e tinha a capacidade de assumir a conversibilidade de suas moedas com o dólar. Até então, os países em reconstrução tiveram dificuldade para controlar os seus déficits nas balanças de pagamentos e tiveram que depreciar suas moedas sistematicamente. Incentivos vindos dos EUA, como transferência monetária e auxílio militar, foram essenciais para essa recuperação, como o caso do plano Marshall. Os países europeus também tinham grande demanda pelos bens de capital estadunidense para a retomada do crescimento econômico. Finalmente, visto que esses países haviam se recuperado, retomaram-se as condições nas quais se haviam estabelecido o acordo em 1944. Até este ponto, porém, o poder

da moeda estadunidense evoluiu de forma exponencial; estabeleceu-se como a principal reserva de valor utilizada no sistema monetário internacional, permitiu aos EUA adotarem políticas fiscais expansionistas e incorrerem em déficits constantes em suas balanças de pagamentos (OATLEY, 2012).

Ao mesmo tempo, essa relação permitiu algo sem precedentes na história. A chamada *Golden Age of Capitalism* – 1945 a 1973 – na qual o crescimento econômico dos países capitalistas avançados foi constante, a redução das desigualdades e o aumento real da renda média significaram um enriquecimento estrutural do sistema e do bloco. Nesse período próspero, havia grande intervenção do Estado no cenário econômico, cooperação internacional e um sistema monetário internacional com regras bem estabelecidas, além de ter sido uma época em que a mistura ideológica (entre capitalismo e socialismo) desenvolvia o bem-estar social. Para Ha-Joon Chang (2014, p.143) *“The Golden Age shows that capitalism’s potential can be maximized when it is properly regulated and stimulated by appropriate government actions”*.

O fim da *“Golden Age of Capitalism”* era evidente, uma vez que o pareamento do dólar com o ouro entraria em colapso eventualmente, o mundo passava por uma escassez da moeda, sendo que os EUA eram responsáveis por quase metade da produção mundial. Edward Bernstein (1984) relata que o próprio Keynes temia uma depressão estadunidense, a qual levaria o mundo a uma recessão. A probabilidade de que o dólar pudesse manter a paridade, dado o nível crescente da presença dessa moeda no sistema monetário internacional, chegaria a um ponto insustentável, como viria a teorizar Robert Triffin em 1960. A partir de 1959, os déficits na balança de pagamentos dos Estados Unidos começam a crescer. Nesse período, com a recuperação das economias europeias e do Japão, o capital financeiro passa a sair dos EUA de forma acelerada, apoiando crescimento constante do comércio internacional, mas, por outro lado, reduzindo a confiabilidade no poder de conversão do dólar em ouro (BORDO, HUMPAGE, SCHWARTZ, 2011).

O déficit também foi fruto de políticas fiscais expansionistas no que diz respeito à economia dos EUA, como também os constantes gastos com a guerra do Vietnã, os quais eram financiados pelo Tesouro, e os presidentes Lyndon Johnson e Richard Nixon se recusavam a aumentar os impostos para financiar tais gastos (OATLEY, 2012). A crise de confiança no dólar proporcionou condições para a eventual queda do sistema de Bretton Woods.

Não havia consenso entre os países sobre qual deles deveria ajustar sua estrutura econômica interna para trazer novamente o equilíbrio para o sistema monetário internacional⁶; os EUA certamente não estavam dispostos a arcar com o ônus de tais alterações, especialmente pela sua posição de *hegemon* e pelo fato de terem sido os déficits na balança de pagamentos estadunidense que proporcionaram de certa forma o nível de liquidez para o crescimento do comércio internacional.

Estava claro que os Estados Unidos haviam desenvolvido uma política em que esses se beneficiavam abertamente de sua posição. De certa forma contava com o “aval” das economias alemã e japonesa para apoiar os déficits na sua balança de pagamentos, porém, esse abuso de poder chegou a um ponto insustentável. Gilpin (2002, p.158-159) analisa essa relação:

De um lado, o papel do dólar como moeda de reserva, de transação e de intervenção concedia privilégios econômicos e políticos aos Estados Unidos, o que libera esse país das preocupações com o balanço de pagamentos na condução da sua política externa e na administração da sua economia nacional. De outro lado, em contraste com outras economias, os Estados Unidos não podiam desvalorizar o dólar com relação às moedas estrangeiras para melhorar sua posição comercial e de pagamentos. Presumia-se que qualquer desvalorização do dólar, na tentativa de melhorar a posição competitiva dos Estados Unidos, seria anulada imediatamente por desvalorizações paralelas da libra, do marco e de outras moedas.

A partir de 1965, os EUA passavam por um período inflacionário dos preços de sua economia. Essa inflação era transferida para a esfera internacional, forçada pelas taxas fixas do câmbio, enquanto os Estados Unidos eram os principais responsáveis por tais desequilíbrios e o seu papel no sistema monetário internacional era o de proteger o equilíbrio internacional. Isso será discutido com Robert Keohane (1984) e Charles Kindleberger (1973) no desenvolvimento da *Hegemon Stability Theory*. Com a desvalorização do dólar, surge um mercado cambial privado dentro da Europa, o chamado eurodólares, que serviria como uma ferramenta de equilíbrio entre os países do velho continente, para os ajustes nas suas balanças de pagamentos (HARVEY, 1989). Para resolver o problema da supervalorização do dólar e a inflação no âmbito nacional, o então presidente Richard Nixon desvalorizou o dólar de forma unilateral, adotou controle nos salários, autorizou uma taxa sobre importações para sobrevalorizar os produtos estrangeiros e, em 15 de agosto de 1971, abandonou a paridade

⁶ As economias Europeias e o Japão buscavam um maior espaço no comércio internacional, com a sua reestruturação industrial. Exercendo uma maior pressão sobre os EUA. Em especial os NICs (*New Industrialized Countries*), na Ásia, também pressionavam um novo equilíbrio.

entre o dólar e o ouro. “Para não ter sua autonomia diminuída, os Estados Unidos decidiram abandonar o sistema.” (GILPIN, 2002, p.162).

O primeiro choque do petróleo, em 1973, e a decisão dos países de flutuar o câmbio, em março do mesmo ano, determinaram os últimos momentos do sistema Bretton Woods, o qual teve seu término oficializado em 1976, em reunião do FMI na Jamaica. O fundo acreditava que a flutuação cambial seria equilibrada de acordo com o desempenho de cada economia, adotando uma lógica de autonomia dos países com câmbio forte, e adaptação de outros ao novo equilíbrio monetário internacional. Porém, com a desvalorização do dólar e a flutuação das taxas cambiais, os Estados eram susceptíveis a influenciar tais taxas em busca de vantagens comerciais, trazendo o regime de câmbio flutuante “sujo”. Um fator importante, que teria impacto direto no sistema monetário internacional durante a década de '70 e em diante, seria o quanto o fluxo de capital financeiro influenciaria na paridade das moedas. O FMI guardava a expectativa de que o câmbio flutuante permitiria redução na interdependência que havia se estabelecido entre as economias nacionais, mas os adventos tecnológicos e a alta integração dos mercados financeiros indicavam outra tese (GILPIN, 2002).

3 DESORDEM E UNIMULTIPOLARIDADE⁷, DOS ANOS '70 AOS 2000

Com o fim da paridade cambial, o novo “não sistema”, como foi apelidado, se caracterizava em um pool de volatilidade nos valores monetários internacionais, com o início da adoção de regimes de câmbio flutuantes para as principais economias capitalistas. As políticas nacionais dos países afetavam diretamente o sistema monetário internacional e o equilíbrio da economia global. Durante a década de 70, esse padrão se consolidou junto os diversos choques do petróleo arquitetados pelos países da OPEP, que conseguiam alavancar os custos energéticos no mundo, acumulando vastas reservas monetárias. Com o câmbio se tornava flutuante, as reservas nacionais não tinham mais um limite. Os estados passaram a fazer uso de suas reservas como uma proteção contra incerteza e possíveis crises. Outra mudança ressalta é a criação de um mercado internacional de capitais, que possibilita os países desenvolvidos a atender suas necessidades de liquidez. Este fenômeno busca equilibrar o nível de liquidez uma vez a desvalorização da moeda estadunidense, criando um mercado externo à jurisdição do banco central estadunidense (WILLIAMSON, 2000).

⁷ Unimultipolarismo: Regime em que um Estado (N-1) se diferencia dos demais (N), no qual se mantem fluxos de poder desigualmente distribuídos.

As mudanças que ocorriam no sistema monetário internacional durante a década de 70 eram acompanhadas de uma mudança estrutural no que diz respeito aos meios de produção e pensamento econômico. O fim da era fordista-keynesiana e o retorno de uma ideologia neoliberal acompanham a transição das décadas de 1970 para 1980. Segundo David Harvey (1989), a transição do fordismo para o que o autor vai chamar de “Acumulação Flexível”, parte da rigidez inerente do sistema anterior. As instituições das massas trabalhistas, do investimento de longo prazo e da presença do governo, haviam se entrelaçado em contratos restritivos, comprometendo o poder de acumulação do capital. Inicia-se a busca para reinventar os meios de produção capitalista e acompanhar um processo acelerado de inovações: tecnológicas, nas estruturas de mercado e consumo. O sistema financeiro internacional passa por uma transformação em seu poder de flexibilidade, centralização e alcance global, pressionando políticas de desregulamentação nos principais centros financeiros e influenciando diretamente a capacidade dos Estados de atuar na economia:

There had, of course, always been a delicate balance between financial and state powers under capitalism, but the breakdown of Fordism-Keynesianism evidently meant a shift towards the empowerment of finance capital vis-à-vis the nation state (HARVEY, 1989, p. 165).

No que se refere a mudanças no sistema monetário internacional, no final da década de 70, os planos do então presidente do Federal Reserve Bank (Fed), Paul Volcker, demonstraram um marco na história do sistema monetário internacional. Políticas monetárias voltadas para o controle da inflação dos Estados Unidos foram aplicadas, em particular um aumento agudo na taxa básica de juros em 1979. Este aumento promovido por Volcker começa o que seria uma recessão global. Pois um aumento do *prime* (taxa básica de juros estadunidense), representava um aumento no nível de juros nas principais economias capitalistas, e em certa medida, no mundo. Uma vez que o capital financeiro internacional se encaminha para os EUA, atraído pelos elevados retornos, um alinhamento do sistema monetário internacional com as políticas monetárias do Fed se concretiza. Este movimento de polarização do capital nas praças financeiras de Wall Street, valoriza o dólar, e com o que M.C. Tavares e L. E. Melin (1997), chamam da “diplomacia do dólar”. Volcker havia conseguido controlar os níveis de inflação estadunidenses, mas ao custo de uma recessão no sistema econômico/financeiro mundial (TAVARES, MELIN, 1997).

Estabelecendo então a chamada “diplomacia do dólar”, os Estados Unidos voltam a alinhar a política monetária internacional aos seus interesses. As medidas tomadas pelo Fed

tornam sua política monetária decisiva para o sistema monetário internacional. Ronald Reagan reafirma que os EUA vão buscar novamente políticas nacionais. A proposta apresentada para o retorno do crescimento econômico é a chamada *supply-side economics*⁸, reduzindo a participação do Estado, dismantelando o *welfare-state* e reduzindo impostos nas camadas mais ricas da sociedade. Segundo Reagan, os outros estados deveriam adotar políticas monetárias similares às estadunidenses, para atingir um maior nível de equilíbrio internacional (GILPIN, 2002). Porém, a medida tomada unilateralmente pelos EUA havia abalado a confiança das economias nacionais. A memória da década de 70, na qual os mais diversos movimentos econômicos norte-americanos forçavam medidas reativas dos outros Estados não inspirava confiança nas palavras do presidente Reagan ou dos Estados Unidos como um coordenador do equilíbrio monetário internacional.

A pressão sobre a desregulamentação do livre movimento de capitais se torna algo extensivo. A evolução do sistema financeiro internacional, junto à crescente integração mundial faz com que os países capitalistas centrais tenham que administrar suas economias de uma nova forma, junto aos mercados de capitais, que agora se identificam como uma potência sistêmica junto ao Estado. Até meados da década de 80, o mercado financeiro internacional, experimentava um crescimento desproporcional com a produção real, dando espaço para inovações financeiras, como os derivativos⁹. A valorização do dólar, vai impactar severamente o mercado de *commodities* e agravar a crise da dívida do Terceiro Mundo. O FMI, que neste ponto se alinhava com as medidas neoliberais estadunidenses, vai receitar aos países latino-americanos que busquem superávits em suas balanças comerciais, para equilibrar suas dívidas externas (TAVARES, MELIN, 1997).

Durante o primeiro mandato de Ronald Reagan (1981), os EUA voltaram a contrair déficits nas transações correntes, refletidos por superávits nas balanças da Alemanha Ocidental e, em peso maior, na do Japão. O dólar valorizado propiciava o aprofundamento desse déficit e os gastos intensos com o poder militar potencializavam a dívida externa americana, a qual, em 1984, era de US\$ 100 bilhões. Isso leva Reagan a tentar resolver os desequilíbrios no sistema monetário internacional em seu segundo mandato, a partir de uma estratégia de cooperação entre os países centrais, e a abandonar o discurso de que os outros países deveriam adotar políticas similares às estadunidenses. Em 1985, ocorre a primeira

⁸ *Supply-side economics*: Políticas econômicas voltadas ao lado da oferta de bens e produtos, tendo em mente às indústrias, empresas e grandes corporações.

⁹ Contrato de pagamentos futuros, com lastro na avaliação de ativos existentes.

reunião do que seria o G-5 (França, Alemanha, Inglaterra, Japão e EUA), buscando desvalorizar o dólar contra o marco alemão e o yen japonês.

Porém, diferentemente do período pós-guerra, os Estados encontram dificuldades maiores para se articularem. O empenho em desvalorizar a moeda estadunidense somente funciona em parte, a política fiscal contracionista que deveria ocorrer nos EUA não se concretiza efetivamente por conta de divergências do Congresso Nacional. As políticas monetárias expansionistas japonesas também surtem pouco efeito e para a economia alemã, o Bundesbank (Banco Central alemão) se mostra relutante quanto a uma política monetária expansionista, por receio de tensões inflacionárias. Depois que a discussão entre oficiais e a falta de cooperação é exposta à mídia, os mercados financeiros se tornam instáveis com a baixa perspectiva de resolução dos desequilíbrios financeiros, e entre outros fatores, resultando no *crash* de outubro de 1987 (OATLEY, 2012).

Em 1989, as altas taxas de juros estadunidenses são acometidas por um movimento de inflexão severo. O Fed denomina um valor de 4,5% para a taxa básica de juros, desencadeando um choque de liquidez na economia dos EUA e conseqüentemente na economia mundial. Este processo destoa de quaisquer que fossem os acordos entre as economias centrais – o então G7 – por ter sido um movimento unilateral. A globalização dos ativos antes retidos dentro do país, vão em advento mundial, globalizando os mercados e causando uma insurgência de capital financeiro nas economias asiáticas, latino-americanas e europeias. Essa onda de liquidez financeira provocada pelo Fed, foi um dos fatores para crises financeiras na Europa, em 1992, no México, em 1994 e no Japão em 1995. O impacto gerado pela inundação internacional dos mercados financeiros pelo dólar, vai criar o “milagre” asiático – com o desenvolvimento industrial dos chamados “tigres” e depois “dragões” asiáticos – fazendo de Hong Kong, Cingapura e Tóquio, praças financeiras altamente relevantes. A falta de controle do fluxo de capital internacional, e o endividamento dos Estados asiáticos, junto ao FMI, deram fruto a crise financeira asiática de 1997.

Exacerbada pela nova política monetária expansionista americana e o novo grau de liquidez da economia mundial, abriu-se espaço para a consolidação, ou à chamada transição, do dólar monetário para o dólar financeiro. Todas os principais centros financeiros começam a atuar com o dólar como unidade monetária em seus termos de troca. O dólar assume propriedades de liquidez, baixo risco e reserva de valor, em uma escala descolada da realidade produtiva mundial. Novamente, perante tal vantagem cambial, os Estados Unidos passam a incorrer em déficits de transações correntes crescente a partir de 1996, subindo a taxa de juros

e garantindo a estabilidade dos títulos da dívida para compensar tais déficits com a entrada de capital externo. Neste ciclo de endividamento, os países superavitários eram majoritariamente a Alemanha, Japão e a China (OATLEY, 2012).

A transformação do dólar em um “ativo” financeiro internacional influenciou de forma secular a mudança do posicionamento de Bancos Centrais em todo o globo, ao fazer do Fed a instituição com poder de arbitragem único sobre o sistema monetário internacional, enquanto outros Estados e instituições financeiras se equilibram de acordo com as medidas tomadas por esse. Ressalvam M. C. Tavares e L. E. Melin (1997) o quanto isso compromete o poder dos Estados em tomar medidas econômicas, sejam essas de cunho monetário, que apresentam maior flexibilidade relativa, ou de cunho fiscal, que englobam a estrutura do Estado, e o poder legislativo, caracterizando uma execução externa mais lenta (TAVARES, MELIN, 1997).

Essas mudanças vão auxiliar a disseminação do termo “globalização financeira” e trazem à tona o debate sobre o que significa essa nova era de integralização dos mercados e o papel do sistema financeiro internacional no mundo. Paulo Nogueira Batista Jr. (1998) vai argumentar a validação do termo e a perda relativa do poder dos Bancos Centrais de países periféricos administrarem suas políticas cambiais e monetárias. O autor vai analisar a relação entre o crescimento dos mercados financeiros domésticos e o mercado internacional, a partir de estudos feitos pelo FMI. Assim, conclui que os sistemas financeiros domésticos se desenvolveram mais que o sistema financeiro internacional na década de 90. Porém, a integração dos mercados financeiros expandiu-se de forma muito mais significativa. Dessa forma, a influência sobre as taxas cambiais dos Estados não sofre alterações solenemente pelos fluxos internacionais de capital de alta velocidade, mas, sim, pela maior vulnerabilidade às políticas nos mercados financeiros domésticos dos países centrais. Considera-se, então, que a “globalização financeira” não se identifica apenas pelo amplo mercado de capitais internacional, mas na interdependência dos mercados financeiros e o poder de influência de Bancos Centrais dos países desenvolvidos sobre o sistema monetário internacional como um todo (BATISTA JR., 1998).

A partir da consolidação do posicionamento do dólar, os EUA passam a incorrer em déficits em suas transações correntes, em forma similar à que ocorria quando tinha um *status* privilegiado no sistema de Bretton Woods. O modelo de crescimento *finance-led*¹⁰, dos anos 90, junto ao advento de indústrias estadunidenses para o exterior, foi apoiado pelo robustecimento do sistema financeiro doméstico e internacional. Esses dependiam da

¹⁰ *Finance-led*: modelo de crescimento fundamentado na expansão de crédito dentro da economia.

capacidade do Fed de emitir moeda, tanto ao equilibrar seu valor internacional quanto ao financiar suas dívidas de transações correntes (VEIRMEREN, 2014).

Outros dois fenômenos ainda marcam o final do século XX, no que diz respeito à relação de poderes no sistema monetário internacional. Em 1999, estabelece-se a União Monetária Europeia e o bloco adota a nova moeda, o euro. Esse episódio vai propiciar a ascensão de outra moeda internacional e, nos anos seguintes, vão-se configurar importantes mudanças para o bloco europeu. A instituição do euro vai permitir maior nível de liquidez para os Estados europeus e o agora mercado financeiro unificado, o qual tem características de ser um mercado profundo¹¹ e possibilitar certa proteção contra o dólar em termos estruturais, em razão de o Euro ser também uma moeda altamente internacionalizada.

O fenômeno consequente é a ascensão da China como potência monetária e um país de superávits nas transações correntes, juntamente com suas extensivas reservas internacionais em dólar. A política adotada pela China, no *boom* financeiro em meados dos anos 90 – quando o país favorecia o investimento estrangeiro direto, no modelo em que as indústrias vinham fisicamente ao país – permitiu que sua economia não sofresse tanto os efeitos da crise asiática de 1997/8, por ter ativos estrangeiros fixos. Com uma política de proteção cambial e uma política *export-led*¹², a China conseguiu atrair grande parcela do fluxo de capital internacional, mesmo com controles de capitais internos, e um mercado financeiro raso. Atualmente tem uma relação de interdependência intensa com os EUA e com boa parte da Europa (VEIRMEREN, 2014).

4 NOVIDADES DO SÉCULO XXI

Ao registrar a passagem do milênio, Reinaldo Gonçalves (2002) define os principais atores da ordem econômica internacional:

O alvorecer do século XXI tem dois registros marcantes: o poder do Estado-nacional e o poder da empresa transnacional. O Estado-nacional detém o monopólio da força e é o *locus* do poder político e militar. A empresa transnacional é o principal *locus* de acumulação e de poder econômico, a partir de seu controle sobre ativos específicos (capital, tecnologia, e capacidades gerencial, organizacional e mercadológica). Na realidade, cada um deles é o principal *locus* de poder político (Estado-nação) e econômico (empresa transnacional). Restringir o escopo da economia mundial ao mercado (ou, à atuação das empresas transnacionais) significa reduzir a importância relativa de instituições, que sofrem influências mais variadas,

¹¹ Mercado Financeiro Profundo: Mercado financeiro com alto grau de fluxos de capitais, e de valores.

¹² *Export-led* : modelo de crescimento fundamentado

inclusive, do processo político internado das economias nacionais. No presente, pode-se mencionar o FMI e o Banco Mundial, que são poderosos instrumentos de política econômica externa dos governos dos países hegemônicos (GONÇALVES, 2002, p. 4).

As turbulências na primeira década do século XXI foram muitas e envolveram todos os atores anteriormente discutidos. Em 2001, o atentado terrorista de 11 de setembro pôs em cheque a questão do unimultipolarismo (Samuel Huntington, 1999 *apud* STUENKEL, 2015) estadunidense perante o resto do mundo. Houve clara demonstração do poder bélico da maior economia do mundo, acompanhada, novamente, por um desequilíbrio galopante das suas contas de transações correntes, similar ao cenário da década de 80. As políticas de crescimento econômico baseado em um aumento extensivo do mercado de imóveis e financiamento de hipotecas serviu de combustível para o crescimento desse desequilíbrio (de 2000 a 2006 o valor médio dos imóveis subiu 60%, nos anos 2002 e 2003 foi direcionado US\$1trilhão de dólares para o mercado hipotecário e, entre 2004 e 2006, US\$ 1.4 trilhões). Os principais países superavitários (China, Alemanha) estendiam linhas de crédito ao mercado financeiro norte-americano. Oatley (2012) vai ponderar que a incapacidade dos estados centrais para articular quais políticas econômicas deveriam ser alteradas para solucionar tais desequilíbrios vai criar espaço para a Grande Crise Financeira que se inicia em 2007. Os EUA têm de tomar medidas drásticas, buscar cooperação internacional, utilizar os instrumentos do FMI e G20, para organizar as políticas econômicas e evitar o colapso do sistema financeiro. Em 2008, depois de muitos auxílios e *bail-outs*¹³, confirma-se o programa de *Toxic Assets Relief*, pelo qual o Tesouro estadunidense passa a comprar os ativos tóxicos do mercado financeiro, programa esse que totaliza US\$700 bilhões.

O novo sistema monetário unificado da Europa permite um fenômeno regional à parte. Diferentes países incorrem em déficits/superávits nas transações correntes, a depender de suas estruturas econômicas. A nova moeda forte possibilita o financiamento de políticas fiscais expansionistas e importação dos mais diversos bens e serviços. A complexidade desse sistema monetário, assim como sua integralização, vai fazer com que a União Europeia opte, com mais frequência, por políticas de ajuste interno do que pelo ajuste cambial (OATLEY, 2012). Quando a Grande Crise Financeira transborda para a União Europeia, a região sofre uma recessão generalizada, expondo a fragilidade e endividamento dos países europeus periféricos, os quais ameaçam a estabilidade do sistema como um todo.

¹³ *Bail-outs*: quitar uma dívida para terceiros, cujo não estaria em condição de fazê-lo.

Oliver Stuenkel (2015) vai explorar a ascensão das potências emergentes para o cenário internacional no século XXI. Quando Jim O’Neill criou, em 2001, a nomenclatura BRIC (referente ao Brasil, Rússia, Índia e China), em um cenário de alta tensão pós-ataques terroristas nos EUA, não imaginava a dimensão política que essa sigla tomaria até o final da década. O’Neill trazia um relatório com portfólio de investimentos para países “baleias”¹⁴ que passavam por um período de crescimento acelerado, tendo um aumento relevante no seu peso dentro da economia mundial. Tratava-se de uma análise estritamente econômica, considerando-se os ganhos potenciais para investidores que se aventurassem a apostar nos países emergentes.

Em 2003, quando as medidas militares tomadas pelo governo Bush começavam a apresentar alta impopularidade, o Goldman Sachs publicou um segundo estudo sobre a sigla, projetando o que seria sua proporção econômica no mundo até 2050 o qual indicou que a China ultrapassaria os EUA como a maior economia do mundo, assim como os outros membros dos BRICS (o “S” maiúsculo é referente à África do Sul, que entra para o grupo em 2011) teriam importância maior para a economia mundial do que alguns países europeus. Após a publicação desse estudo, o termo BRICS passou a ser utilizado plenamente na mídia, em debates políticos e em meios acadêmicos.

Chanceleres dos países somente vieram a se reunir em 2006, às vésperas da Grande Crise Financeira, para discutir a viabilidade e o potencial da cooperação dos países em questão. Somente em 16 de junho de 2009, em Ecatimburgo, na Rússia, os BRICS assinaram um acordo de cooperação e deixaram de ser uma sigla para se tornar uma entidade político-diplomática em sua primeira cúpula (AGUIAR, 2014). No ano anterior – antes da quebra do banco Lehman Brothers – uma reunião ministerial ocorreu também na Rússia, onde os representantes dos BRIC haviam se reunido para discutir a consolidação oficial da sigla.

Após a Grande Crise Financeira de 2008, era amplamente discutido que o regime em que se encontravam as relações internacionais estava deixando o unimultilateralismo do começo do milênio para uma ordem mundial multilateral. A *sherpa* dos BRICS e embaixadora do Brasil, Maria Edileuza Fontene Reis (2012), vai argumentar que o crescimento da importância dada ao G20, pós-2008, começa nova era dentro do sistema internacional. Dentro das cúpulas dos BRICS passam a ser discutidas questões de governança global, econômica e financeira. O posicionamento dos países dentro das instituições de Bretton Woods se torna pauta das cúpulas. Desde o início dos encontros, os BRICS

¹⁴ Países com população maior que 100 milhões de habitantes e território geográfico extenso.

desenvolvem a postura de cooperação junto à ONU, para melhorar as perspectivas do futuro econômico dos países emergentes. Diferentemente da postura adotada pelo G8 (ou G7), em reuniões na primeira metade dos anos 2000, nas quais convidavam os países emergentes, não para debater os rumos da economia mundial, mas apenas para informá-los dos resultados das reuniões (REIS, 2012).

A legitimidade dos BRICS é um assunto polêmico. Há grupos de teóricos que defendem a sigla e há teóricos que desacreditam completamente no potencial dessa entidade. Joseph Nye Jr. (2011), renomado cientista político de Harvard, afirma que “o termo faz pouco sentido político para avaliações de longo prazo dos recursos de poder” (NYE, 2011, p.214). Outra teoria difundida, reiterada pelo autor, é que “o cerne do acrônimo Bric é a ascensão dos recursos da China” (NYE, 2011, p. 214).

Além das discussões políticas sobre o poder dos BRICS, seja esse econômico, militar ou brando, o fato é que a representação das economias emergentes no cenário mundial sofreu alterações profundas. Entre 2000 e 2008, os BRICS representaram 46,3% do crescimento econômico global (REIS, 2012, p.34) e corresponderam a 43.3% da população mundial, um quarto do território do planeta e aproximadamente 22% (2014) do PIB mundial (STUENKEL, 2015). Considerando-se esta realidade, podemos entender o potencial da cooperação entre os membros do grupo, como também com o G7, para uma proposta de futuro com maior equilíbrio econômico.

Para o sistema monetário internacional isso pode significar uma possível reestruturação das instituições de Bretton Woods, reabrindo o debate sobre quais devem ser as premissas teóricas – as supostas “regras” do sistema monetário internacional – para um maior equilíbrio internacional. Paulo Batista Nogueira Jr (2012) adverte contra o livre movimento de capitais e a desregulamentação do capital financeiro que gerou desequilíbrios monetários e crises financeiras nas últimas décadas:

It is too early to forget that the previous round of preaching by developed countries – deregulate, liberalize, trust market, etc. – ended in tears for them and for those developing countries that followed that preaching all too eagerly (BATISTA Jr, 2012, p. 100)

O autor vai discorrer que nos acordos originais feitos em Bretton Woods haviam cláusulas que permitiam aos países regularem os fluxos de capitais, da forma que fosse mais adequada para suas economias, permitindo assim maior autonomia em políticas econômicas domésticas, em especial cambiais.

José Ocampo (2015) ao analisar a governança das instituições de Bretton Woods, discute a representatividade e a importância de incluir de forma justa os países de baixa renda e em desenvolvimento. Aqui o autor usa o exemplo de países europeus, com baixa participação na economia mundial, mas representação decente nas instituições internacionais, contra países da Ásia onde ocorre o inverso. Instituições equilibradas são importantes para o futuro do sistema monetário internacional. O autor deixa claro que junto às assimetrias de poder econômico sempre estarão presentes assimetrias no poder de voto e decisão sobre qual caminho as instituições devem seguir. Em *The Governance of the International Monetary System*, Ocampo (2015) discute o novo cenário do poder de votação, o qual poderia se instalar caso se realizassem reformas no FMI, a comprovar que tais reformas deixariam a China com um poder de voto acima de 5% e, em contrapartida, retiraria o poder de veto estadunidense, que teria menos de 15% dos votos.

Ao examinar o critério de avaliação do peso dos votos, Ocampo (2015) discrimina a construção e o uso das variáveis “variabilidade econômica” (*economic variability*) e “abertura econômica” (*openness*), as quais pretendem investigar a necessidade potencial dos recursos do FMI:

These two indicators favour, indeed, the smaller European economies [...], and a few of them in particular. In this regard, there seems to be a broad agreement, including with IMF staff that the measure of economic variability is flawed and should be dropped. There continue to be controversies on the potential deficiencies of the openness indicators, including the use of gross measures of trade and finance that overestimate the relative openness of economies. The growing trade in intermediate goods would favour the use of export value added rather than gross trade, and the indicator of financial openness **tend to favour a few financial centres and even tax and regulatory havens.**

O autor parte para a análise de que o sistema monetário internacional é “*hollow*” (vazio), pois a concentração de poder em poucas instituições ignora o potencial de desenvolvimento que as esferas regionais e inter-regionais poderiam ter, caso fossem ativadas. Ao analisar instituições financeiras regionais, sugere que o próprio FMI, ou o que ele acreditar ser a futura organização internacional – uma entidade que emergiria da interação entre as “renovadas” instituições de Bretton Woods e o G20 – tomem conta da importância desse tipo de regionalização sincronizada com instituições de centro para o maior equilíbrio global (OCAMPO, 2015).

Após a Grande Crise Financeira de 2008, as Nações Unidas encomendaram um trabalho para acadêmicos distintos, com o propósito de discutir o sistema monetário internacional e a economia mundial como um todo. Chefiada por Joseph Stiglitz, esse trabalho

tornou-se um livro, publicado em 2010, *The Stiglitz Report*, no qual Stiglitz (2010) vai denunciar falhas estruturais no sistema financeiro internacional e suas principais instituições, as quais deveriam prezar pela estabilidade do sistema como um todo. Em relação ao impacto dessas instituições sobre os países em desenvolvimento, Stiglitz (2010) discorre:

It is apparent that the conditionality often imposed by international financial institutions in their support of developing countries were counterproductive. The demand that countries implement short-run pro-cyclical policies has exacerbated downturns, while long-run structural policies exposed countries to greater risk and undermined social protection. It is important to design reforms that prevent, or at least reduce the likelihood of, such counterproductive policies in the future. Part of the answer is to be found in the reform of the governance of international economic institution (STIGLITZ, 2010, p. 11).

Mais tarde, o autor será um dos defensores e idealizadores do *New Development Bank*.

Na sexta cúpula dos BRICS, em Fortaleza, Brasil, no ano de 2014. O grupo anunciou a criação de um banco de desenvolvimento e um arranjo de contingências de reservas. O banco, o qual seria chamado de Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank*), teria um aporte financeiro de US\$50 bilhões, com o objetivo central de investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Enquanto do arranjo de contingências de reservas teria o valor de US\$100 bilhões.

O projeto representa uma evolução no sistema multilateral, no qual os países emergentes aparentam buscar certo nível de independência na resolução de seus problemas. Por anos os BRICS se posicionaram a favor de uma reforma nas instituições de Bretton Woods, dentro de reuniões do G20 entre outras cúpulas, sem sucesso. Quando surgiu, o debate sobre o *New Development Bank* assumia que a instituição era uma “afrota” às instituições já estabelecidas no sistema monetário internacional, como o Banco Mundial e o FMI¹⁵.

O executivo chefe, do Comité de Reinvenção do Sistema de Bretton Woods (*Reinventing the Bretton Woods Committee*), Marc Uzan (2015), menciona o *New Development Bank*, como parte da transformação estrutural que ocorre no sistema monetário internacional:

¹⁵ Porém, ao estudarmos os objetivos do Banco no capítulo seguinte, veremos que esta hipótese não se confirma.

Certainly, the establishments of a BRICS development bank and a contingency reserve arrangement seem to indicate new momentum for change in intergovernmental finance and cooperation. These developments may mark a rebuttal of the existing framework dominated by the main multilateral institutions but also increasing confidence that China and leading emerging markets can move forward on their own. This is still only a modest start but the motion is undeniable. (UZAN, 2015, p. XIX).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi possível discorrer sobre alguns dos principais elementos da formação do Sistema Monetário Internacional contemporâneo, de forma breve destacando alguns fenômenos específicos na história. Identificou-se a proeminência dos EUA na condução do SMI desde o pós-guerra aos dias atuais, principalmente, devido ao seu peso no FMI e como principal fiduciário da manutenção do modo produtivo capitalista. Discutiu-se o período do tratado de Bretton Woods até o início do século XXI. Em decorrência, da expansão da atividade capitalista, nota-se a ascensão de um grupo de países emergentes com potencial de influenciar no SMI. Em contraste, com os arranjos multilaterais de ordenamento das relações financeiras, com severas críticas frente a centralização nos EUA e, em seguida na Europa, surge a iniciativa da criação do NDB, liderado pelos BRICS. Todavia, incertezas ainda residem sobre a capacidade e viabilidade dessa formulação de uma instituição multilateral financeira, mesmo, com estudos recorrentes, que afirmam o potencial de cooperação entre os BRICS, devido às suas necessidades similares.

Os possíveis caminhos para a governança do Sistema Monetário Internacional se mostram vastos no começo do século XXI. Apesar do desenvolvimento dos países capitalistas avançados, questões em torno de como as políticas econômicas em um âmbito internacional podem melhorar ainda são o centro do debate, assim como formas de propiciar o melhor desenvolvimento econômico disseminado na esfera global. Hoje, a China é o país com o maior número de reservas em títulos da dívida estadunidense, por volta de US\$1,2 trilhões. Com reservas nesta magnitude, o país poderia desvalorizar o dólar de forma severa, como os próprios EUA o fizeram no final do sistema de Bretton Woods. O intuito de estudar os eventos históricos que moldaram nossa sociedade atual, se faz mais importante em momentos como este, para que medidas que tiveram impactos intensos no sistema monetário internacional não se repitam.

Já acerca da ascensão dos BICS, cabe ressaltar que não impediria de um de seu membros tomar ações unilaterais para crescimento próprio. Ademais, a composição econômica de cada membro do grupo é consideravelmente diversificada, implicando que políticas econômicas que podem surtir benefícios à um, resultará em um impacto negativo para outros. Estes limites ainda estão para ser veemente testados. Como a China fará sua reestruturação produtiva? Como a Índia buscara ampliar seu crescimento econômico? Como a Rússia irá diversificar sua estrutura econômica? Como a África do Sul defenderá seu interesse no continente Africano? Como o Brasil vai lidar com sua fragilidade externa e desindustrialização? São só algumas das questões que podem trazer um alto nível de tensão à cooperação dos BRICS, em um futuro cheio de incertezas. Mas que não descaracterizam o desejo de avanços no multilateralismo do sistema internacional.

A retrospectiva histórica aqui apresentada serve como um alicerce para entender os fundamentos da importância de cooperação internacional dentro do sistema monetário internacional. Os períodos de maior prosperidade no centro capitalista se mostram mais vívidos em períodos de cooperação. Uma vez que o tecido econômico internacional sofre mutações na virada do milênio, novos players internacionais buscam influenciar as regras que fundamentam o Sistema Monetário Internacional. O histórico da formação de tais regras leva ao melhor desenvolvimento de medidas futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. B. de. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2014.

BATISTA JR., P. N.. **Palestra de Paulo Nogueira Batista Jr.** – 26/01/2016 “O papel do Novo Banco de Desenvolvimento estabelecido pelos BRICS”.
<<https://www.youtube.com/watch?v=x26GxAUIP40>> . Acessado em: 05 maio 2016.

BATISTA JR., P. N. “Globalização” financeira e regimes cambiais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n. 2, abr. jun. 1998.

BERNSTEIN, E. M. **Reflections on Bretton Woods**. The International Monetary System: Forty years after Bretton Woods. Conference series nº28. Federal Reserve Bank of Boston. New Hampshire, 1984.

BELLUZZO, L. G. de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, 1995.

BORDO, M. D. **The Bretton Woods international monetary system**: a historical over a retrospective on Bretton Woods System: Lessons for International Reform. University of Chicago Press. Chicago, 1993.

BORDO, M. D; HUMPAGE, O. F.; SCHWARTZ, A. J.; U.S. Intervention during the Bretton Woods era: 1962-1973. Working paper, Federal Bank of Cleveland. Cleveland, April 2011.
BRICS DECLARATION, Sixth Summit. <<http://brics6.itamaraty.gov.br/category-english/21-documents/223-sixth-summit-declaration-and-action-plan>>, acessado em 20/09/2014.

CHANG, Ha-Joon. **Economics: The User's Guide**. Pelican, an imprint of Penguin Books. May 2014.

EICHENGREEN, B. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the dollar**. Oxford University Press. Oxford 2011.

FIORI, J. L. **O Poder Global**. Boitempo Editorial, 2007.

GHIZONI, S. K. Establishment of the Bretton Woods System. The Federal Reserve Bank of Atlanta. Disponível em: <http://www.federalreservehistory.org/Events/DetailView/28>. Acessado em: 21 abr. 2016.

GILPIN, R. **A Economia Políticas da Relações Internacionais**. Editora Universidade de Brasília. Tradução Sérgio Bath. Brasília, 2002.

GONÇAVES, R. **Globalização Econômica**. O nó econômico. Editora Record. Rio de Janeiro, 2002.

GONÇAVES, R. **Economia Política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GRIFFITH-JONES, S. **A brics development bank**: a dream coming true?. Discussion Paper, United Nations Conference on Trade and Commerce, No. 215, March 2014.

HARVEY, D. **The conditions of postmodernity**. Cambridge: Blackwell publishers, 1989.

LIMA, M. C. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. O Brasil e os BRICS. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012

NYE JR., J. **O Futuro do Poder**. Editora Saraiva, São Paulo, 2012.

OATLEY, T. **International Political Economy**. Pearson Education 5th ed. University of North Carolina Chapel Hill, 2012.

OCAMPO, J. A. The governance of the international monetary system. United Nations University World Institute for Development Economics Research, UNU-WIDER. Working Paper, May, 2015.

REIS, M. E. F. **BRICS: Surgimento e Evolução. O Brasil e os BRICS.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

STIGLITZ, J. **The Stiglitz report: Reforming the international monetary and financial systems in the Wake of the Global Crisis.** New York: The New Press, 2010.

STIGLITZ, J. **Stiglitz aposta no Banco dos BRICS, Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/stiglitz-aposta-no-banco-dos-brics-2303.html>>. Acessado em: 25 set. 2014.

STIGLITZ, J. **Nobel Economist Joseph Stiglitz Hails New BRICS Bank Challenging U.S.-Dominated World Bank & IMF**, Democracy Now, 2014.

Disponível em: <http://www.democracynow.org/2014/7/17/nobel_economist_joseph_stiglitz_hails_new>. Acessado em: 25 set. 2014.

STUENKEL, O. **The BRICS and the Future of Global Order.** London: Lexington Books, 2015.

TAVARES, M. da C.; MELIN, L.E. **Pós escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização.** Editora Vozes. Petrópolis, 1997.

THAKUR, R. **Instituionalizing BRICS: The New Development Bank and its implications;** Delhi Policy Group, Issue Brief, 2014.

UZAN, M. **Reinventing Bretton Woods at 20.** Bretton Woods: The next 70 Years. Reinventing Bretton Woods Committee. New York, 2015.

VEIRMEREN, M. **Power and Imbalances in the Global Monetary System: A comparative capitalism perspective.** International Political Economy Series. Palgrave Macmillan. Hampshire, England, 2014.

WILLIAMSON, J. A. **Globalization and Inequality, Past Present. International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth.** London; New York: Routledge, 2000.